

Parto e reprodução: uma excentricidade antropológica?

*Giovana Acacia Tempesta**

*Bruna Pratesi***

** Doutora em Antropologia Social, Pesquisadora-colaboradora plena (pós-doc), PPGAS/DAN-UnB*

*** Mestranda em Antropologia Social, PPGAS/DAN-UnB*

A ideia de oferecer o curso “Antropologia do Parto e da Reprodução” pela primeira vez no Departamento de Antropologia da UnB surgiu do diálogo com a professora Soraya Fleischer, supervisora de pós-doutorado de uma de nós, Giovana Tempesta. O formato do curso foi inspirado na disciplina “Antropologia do(s) Útero(s)”, ministrada no âmbito do PPGAS/UnB, no primeiro semestre de 2017, conjuntamente por Soraya e a professora Rosamaria Giat-

ti Carneiro, disciplina da qual nós duas participamos.[1]

Desde o ano de 2017 Giovana vem realizando pesquisa sobre o papel das doulas (acompanhantes de parto treinadas) no processo de transformação da cultura do parto no Brasil. Temos aqui um cenário marcado por altíssimas taxas de cesariana e por relatos pungentes de violência obstétrica (Sena, 2016) [2], mas também por iniciativas de positivação da experiência do parto, muitas das quais tomam como referência o chamado “parto orgástico”, que tensiona deliberadamente a apropriação biomédica do corpo feminino e seus poderes reprodutivos.

De acordo com S. Diniz (2005), o movimento de “humanização” do parto e do nascimento no Brasil, que começou a tomar forma nos anos 1980, dá continuidade a atitudes de resistência, por parte das mulheres, ao fenômeno de medicalização do parto, que se consolidara em meados do século XX. Neste mesmo período, começavam a surgir na Europa e nos Estados Unidos as bandeiras do parto sem dor, parto sem



medo, parto sem violência, parto natural e parto ativo – as quais influenciariam mais tarde a proposta do parto orgástico.

Se no parto sob sedação total (“sono crepuscular” ou twilight sleep), modalidade apreciada por mulheres da elite e profissionais de saúde europeus e norte-americanos nas primeiras décadas do século XX, o ideal era “não sentir nada” (idem, *ibidem*), no parto orgástico, que surgiu no Norte global nos anos 1990, o ideal era sentir absolutamente tudo (Pascali-Bonaro, 2008). Já na virada para o século XXI, consolidou-se entre as defensoras do parto “mais natural” a ideia segundo a qual o medo do parto vaginal sentido pelas mulheres deriva do caráter fundamentalmente violento da atenção obstétrica em ambiente hospitalar (Carneiro, 2014).

Neste sentido, a famigerada dor de parto, sensação repudiada por mulheres e profissionais – ainda que fortemente associada ao trabalho de parto, conforme sintetizado no provérbio bíblico “Parirás com dor”[3] – vem sendo ressig-

nificada e até mesmo reivindicada como elemento importante na experiência de parir (Tempesta, 2018). Realizou-se, então, o alargamento semântico do conceito de dor, que passava a abranger a distinção entre, de um lado, a sensação provocada pelas contrações do colo do útero no período expulsivo – sensação que seria perfeitamente suportável e eventualmente agradável – e, de outro, o sofrimento que seria impingido à mulher por um conjunto de técnicas, rotinas, ideias e valores organizados em torno das premissas biomédicas da imperfeição do corpo feminino e da instabilidade associada às mulheres (Martin, 2006; Rohden, 2001). Mais recentemente, sabemos que há outras dores envolvidas na experiência do parto, como a dor sentida por mulheres que se planejam para ter um parto domiciliar e acabam necessitando de uma cesariana (Tempesta & Carneiro, 2018).

Desde os anos 1980, antropólogas e ativistas norte-americanas vêm desenvolvendo estudos sobre parto (Davis-



Floyd & Sargent, 1997; Kitzinger, 1981; Jordan, 1993; dentre outras). No Brasil, após a realização da pesquisa precursora de T. Salem nos anos 1980 (cujo resultado foi publicado somente em 2007), os estudos etnográficos ganham fôlego no início do século XXI (Tornquist, 2004; Souza, 2005; Fleischer, 2010; Hirsch, 2014; Carneiro, 2015; Dias-Scopel, 2015; Pulhez, 2015; Rodrigues, 2015), porém a configuração dessa temática como um campo de pesquisa antropológica ainda é um caminho a ser trilhado e ampliado, conforme pontua Rosamaria Carneiro (2014).

Mas, tendo em vista o descrédito da problemática mais geral da maternidade entre feministas clássicas, conforme identificaram Elaine Müller e outras autoras (Müller et al., 2015), [4] qual seria a relevância da temática do parto para a antropologia e os estudos de gênero e direitos sexuais e reprodutivos?

No livro *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva* (2017), a filósofa feminista Silvia Federici, partindo de uma perspectiva marxista crítica, se engaja num

debate com M. Foucault a respeito do estatuto epistemológico das capacidades reprodutivas femininas: “a teoria foucaultiana só pode ser defendida à custa de omissões históricas extraordinárias”, especialmente o fenômeno de caça às bruxas na Europa, no período da acumulação primitiva e da “transição” para o capitalismo (Federici, 2017: 35). Assim:

[...] na sociedade capitalista, o corpo é para as mulheres o que a fábrica é para os homens trabalhadores assalariados: o principal terreno de sua exploração e resistência, na mesma medida em que o corpo feminino foi apropriado pelo Estado e pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho. Neste sentido, é bem merecida a importância que adquiriu o corpo, em todos os seus aspectos — maternidade, parto, sexualidade —, tanto dentro da teoria feminista quanto na história das mulheres. Calibã e a bruxa também corroboram o saber feminista que se nega a identificar o corpo com a esfera do privado e, nessa linha, fala de uma “política do corpo”. Além disso, explica como para as mulheres o corpo pode ser tanto uma fonte de identidade quanto uma prisão, e por que ele tem tanta importância para as feministas, ao mesmo tempo que é tão problemática a sua valoração. (Federici, 2017: 34)

Considerando o cenário político em que transcorreram as eleições gerais de 2018 – cujos efeitos objetivos estamos



sentindo no presente momento –, parece-nos relevante não perder de vista a questão sobre quem são as bruxas hoje e sobre sua conexão íntima com o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos. A propósito, cabe lembrar um fato bastante significativo ocorrido em dezembro de 2017, na cidade de São Paulo. Convidada a participar do Seminário “Os fins da democracia”, a filósofa Judith Butler enfrentou um protesto antes de entrar no prédio onde ocorreria o evento; alguns manifestantes carregavam bonecos evocando bruxas e bradavam para que elas fossem queimadas. A respeito da manifestação, Butler assim se pronunciou para um importante veículo da imprensa brasileira:

É preocupante ver tantas pessoas levadas pela ignorância, se opondo a uma teoria que não passa de caricatura [teoria queer], e queimando imagens, remetendo à horrível tradição da queima de dissidentes como bruxas. Eu entendo que o boneco/pôster que me representava incluía tanto um chapéu de bruxa quanto um sutiã rosa brilhante, significando gay ou trans de alguma forma. Eu não estou muito certa sobre o que significa eles me acusarem de ser ao mesmo tempo bruxa e trans. Se eu sou trans, sou presumivelmente um homem, mas sou bruxa, sou presumivelmente uma

mulher. Parece que eles estão um tanto envolvidos num problema de gênero. (Disponível em <https://oglobo.globo.com/cultura/judith-butler-preocupante-ver-tantas-pessoas-levdas-pela-ignorancia-22068145> Acesso em 15 de dez. 2018)

A partir dessas inspirações iniciais, o curso “Antropologia do Parto e da Reprodução” consistiu no debate sobre um conjunto de referências bibliográficas e filmicas organizadas nos seguintes eixos: i) o processo histórico de configuração dos poderes reprodutivos como uma esfera delimitada da vida social, atravessada por distinções de gênero, raça e classe; ii) a dinâmica de apropriação dos poderes reprodutivos pela medicina e pela tecnologia; e iii) o movimento de mulheres de camadas médias urbanas brasileiras que buscam ressignificar as capacidades reprodutivas e redefinir sua posição de sujeito em um contexto de crescente medicalização da sociedade. Complementarmente, abordamos reflexões sobre experiências de contracepção, parto, partejar e reprodução assistida em contextos etnográficos outros para além das camadas médias urbanas.

No curso, ministrado no período noturno, matricu-



laram-se cerca de 30 estudantes das áreas da Antropologia, Sociologia, Serviço Social, Bioética e Psicologia, mulheres em sua grande maioria; três delas eram mães e havia duas gestantes; algumas tinham feito curso de formação de doula e outra realizava pesquisa com uma parteira tradicional.

Iniciamos com a leitura e discussão dos textos de S. Federici (2017), E. Martin (2006) e A. Davis (2016), enriquecidas pelo filme *A excêntrica família de Antonia* (1995). A perspectiva marxista crítica adotada pelas autoras foi importante para situarmos a questão da apropriação dos poderes reprodutivos numa quadra histórica mais ampla e para nos sensibilizarmos para a abordagem interseccional de gênero, classe e raça. Os conceitos de cercamento, fragmentação e alienação fizeram-se marcantes, e a argumentação de A. Davis nos levou a suspeitar da centralidade do evento do parto para mulheres negras e periféricas, justamente aquelas que sofrem um tipo específico de violência obstétrica no Brasil.

Em relação aos trabalhos sobre o movimento de “humanização” do parto e do nascimento no Brasil, as estudantes notaram que se trata de um ideário com contornos heteronormativos e elitistas, uma vez que as ativistas são predominantemente mulheres brancas de camadas médias urbanas, com alto grau de escolarização e acesso facilitado a informações qualificadas. No entanto, ainda que a bibliografia selecionada não adotasse a perspectiva interseccional, a discussão sobre violência obstétrica, que acomete de múltiplas formas mulheres brancas, negras, periféricas ou pertencentes a camadas médias e altas, além de pessoas transexuais, é central para o movimento da “humanização”. Tanto assim que leis municipais e estaduais já estão em vigência em várias regiões do país, graças ao empenho das ativistas. Os documentários *Renascimento do Parto*, *Organismic Birth*, *A Dor Reprimida: violência obstétrica e mulheres negras* e *Violência Obstétrica: a voz das brasileiras*, indicados no programa do curso, são bastante representativos desse cenário.



Ademais, se, ao que tudo indica, a experiência do parto não adquire centralidade para mulheres negras ou periféricas (e mesmo para parcela significativa de mulheres brancas com alto nível de escolarização), por outro lado a chance de sofrer maus-tratos e abusos, com sequelas a curto, médio e longo prazo para essas mulheres e eventualmente também para seus filhos, vem se configurando como um sério problema de saúde pública.

Mas a realidade social é sempre mais complexa do que conseguimos divisar à primeira vista. Assim, descobrimos que existe uma iniciativa de serviço de parto “humanizado” levada a cabo por mulheres negras e voltada para mulheres negras e periféricas, na cidade do Rio de Janeiro (a Sankofa Atendimento Gestacional), e está em tramitação no Congresso um projeto de lei federal que visa classificar e estabelecer penalidades para atos de violência contra a mulher durante a gestação, o parto e o puerpério.

De outro modo, há que estar alerta para armadilhas

epistemológicas que podem conduzir a temática do parto “mais natural” por trilhas essencialistas, romantizadas ou conservadoras, como bem alertou C. S. Tornquist (2002).

Outrossim, estudos sobre a configuração histórica da ciência e das tecnologias voltadas para a reprodução agregaram elementos importantes para a reflexão, ao iluminar as questões políticas que circundam o gerenciamento da sexualidade e da reprodução na sociedade brasileira. Ao escrever sobre o médico baiano Elsimar Coutinho, D. Manica (2009) descreve como o valor social das tecnologias hormonais é produzido no domínio do corpo genérico feminino e da autoridade médica, dimensionando todo um discurso biológico sobre o corpo feminino. Tais questões extrapolam o universo científico e acabam por produzir políticas de Estado, nas quais os métodos contraceptivos propulsionam um discurso eugênico de controle populacional. No caso do ultrassom obstétrico, etnografado por L. Chazam (2007), as tecnologias ganham o sta-



tus de objeto de consumo, ao mesmo tempo em que existe uma interatividade na produção social do bebê. Existe uma interação forte na relação com as imagens cinzentas e a atribuição de sentido depende dos valores e da capacidade imaginativa da gestante e do(a) médico(a). Todavia, a decodificação está a serviço de uma produção de conhecimento biomédico normativo, assim como as tecnologias hormonais e a consolidação histórica do campo da ginecologia no Brasil (Rohden, 2001).

Por sua vez, a dissertação de M. M. Pulhez (2015) a respeito de um movimento de mulheres em torno da “maternidade ativa” ou “mamífera” mostrou de que forma o parto “mais natural” pode se associar a outras dimensões da maternidade que envolvem “escolha”, pensando o novo papel social assumido pela mulher que se torna mãe e pelo homem que se torna pai face ao universo do consumo, à alimentação, à relação com o trabalho assalariado e às opções em termos de educação formal para os filhos.

Por fim, as duas etnografias sobre parto na região amazônica (Fleischer, 2010 e Dias-Scopel, 2015) e os documentários *Prosas Paridas*, *Simbiose* e *Guardianas del Pacífico* permitiram reformular as questões inicialmente apresentadas para o contexto das camadas médias urbanas, ao tensionar o caráter individualista das práticas das camadas médias urbanas e ao inserir o evento do parto em redes sociais e simbólicas mais amplas e complexas.

Vale frisar que, para o desenrolar do curso e da reflexão sobre a temática do parto e dos direitos sexuais e reprodutivos, o diálogo entre professora e monitora se mostrou bastante frutífero, como atesta a própria elaboração do presente dossiê. A experiência de monitoria e estágio docente na disciplina despertou um amplo esforço experimental de natureza didática, criativa e prática durante todo o semestre. Ler os textos e levantar questões sobre a temática foram habilidades fundamentais na criação de incentivos analíticos e também para o exercício



generoso de percepção e diálogo com e entre as estudantes.

Antes de passar à apresentação dos artigos que compõem o dossiê, é fundamental contextualizar o curso face à conjuntura política nacional mais ampla. No primeiro semestre de 2018, eventos extraordinários constituíram desafios inesperados a enfrentar. Em março fomos atingidas pelo brutal assassinato da socióloga e vereadora carioca Marielle Franco; em maio ocorreu uma greve dos caminhoneiros, seguida de episódios de desabastecimento de combustível; na sequência uma estudante do curso de ciências sociais se suicidou e um estudante foi assassinado – ambas as mortes aconteceram no campus Darcy Ribeiro e nos entristeceram profundamente. Em meio à crise orçamentária das universidades públicas, testemunhamos a greve dos servidores, à qual se somou a greve dos estudantes, no bojo da qual a situação das funcionárias terceirizadas se mostrou especialmente precária.

Várias estudantes desistiram da matéria, mas as que ti-

veram condições de resistir, ainda que profundamente afetadas por todos esses acontecimentos, aceitaram a proposta de realizar encontros fora do pavilhão onde se localizam as salas de aula, no Centro de Convivência das Mulheres (CCM), proposta que foi viabilizada graças à mediação de uma estudante que participava ativamente da greve dos estudantes. Transformamos o luto em verbo, nos empenhamos para manter um clima de cooperação mútua na turma e decidimos coletivamente redefinir o tema e o formato do trabalho final. Então tivemos alguns encontros no CCM, formulamos um roteiro de entrevista (em anexo), que privilegiava o tema dos direitos sexuais e reprodutivos em articulação com a situação de trabalho na UnB, e falamos sobre estratégias de abordagem das mulheres e de proteção de sua identidade, de modo a evitar qualquer problema para elas. Além disso, a estudante Rosânia Oliveira (Zane) sugeriu um conjunto adicional de textos sobre mulheres negras e o mundo do trabalho, fator que enriqueceu nossas reflexões.



Após a realização das entrevistas, percebemos que o tema do parto e dos direitos sexuais e reprodutivos não aparecia em primeiro plano para as servidoras terceirizadas, que viviam um momento delicado; contudo, o referencial teórico-metodológico estudado no primeiro eixo do curso, articulado a etnografias de fôlego, forneceu um instrumental analítico consistente para a elaboração dos artigos aqui reunidos.

Considerar o cenário de crise e ameaça à vida das mulheres no âmbito jurídico brasileiro é de grande relevância para o presente dossiê. Sinais importantes dessas ameaças ecoaram em fins de 2017, meses antes do início das aulas, quando foi lançada e aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 181 pela Câmara dos Deputados. A proposição pretendia endurecer as regras sobre o aborto até mesmo em casos já previstos na legislação, e neste mesmo período vieram à tona as alterações do artigo 394-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que retiraria a proteção social a gestantes

e lactantes, possivelmente submetendo-as à insalubridade no meio laboral. De acordo com a pesquisadora Luciana Dombkowitz (2018):

Protege-se a vida desde a concepção para se impor controle sobre os corpos das mulheres, em negação a sua própria autonomia, ao mesmo tempo em que se autoriza o trabalho de gestantes e lactantes em condições insalubres. A relação entre a PEC 181-A e a nova redação do artigo 394-A da CLT dá o tom da intensificação dos ataques aos direitos das mulheres e neste particular ao direito das mulheres trabalhadoras. (Dombkowitz, 2018: 157)

A PEC 181 foi originalmente criada para aumentar os dias de licença-maternidade de mulheres trabalhadoras, ou seja, previa-se que, em caso de nascimentos prematuros, a licença contasse somente a partir da saída do hospital. Todavia, a bancada religiosa conservadora criou uma comissão especial para alterar a redação do projeto e inserir a ideia segundo a qual o direito à vida é um direito constitucional, sublinhando a proposta de “dignidade da pessoa humana desde a concepção” (Dombkowitz, 2018). Essa imposição de forças do discurso jurídico demonstrou um momento de afronta às conquistas dos



movimentos feministas e culminou na configuração de dispositivos de poder-saber que impõem novas limitações para o corpo, a saúde e a posição social das mulheres brasileiras.

Ideais críticas a este cenário se materializam em formatos como a passeata do dia 13 de novembro de 2017, ato público que reuniu centenas de mulheres em várias cidades brasileiras contra a PEC 181. Tal conjuntura é central no diálogo que as estudantes desenvolveram com as mulheres trabalhadoras entrevistadas, pois permite lançar luz na direção de fazer uso desse campo reflexivo, dos poderes sexuais e reprodutivos, como metáfora das relações sociopolíticas combativas e criativas das mulheres.

A temática do parto e da reprodução tem essa permeabilidade de transitar simultaneamente entre os universos público e privado da vida social (Carneiro, 2015). As narrativas de parto, assim como a passeata contra a PEC 181, compartilham desse dispositivo de ação e ativis-

mo social que agita o corpo a ocupar espaços críticos.

Nesta esteira, o parto domiciliar planejado, que nasce de uma narrativa da própria intimidade, pode se tornar público por meio das redes digitais. A exposição fotográfica “Gesto Natural – protagonismo feminino no parto”, de Déborah Amorim, materializou essa potência das experiências de resistir às práticas do modelo tecnocrático-hospitalar e ressignificar a experiência de parturição. A exposição estava aberta à visita na Biblioteca Central da Universidade de Brasília durante as semanas iniciais do semestre em que o curso foi oferecido. A ideia de gesto, enfatizada no título, imediatamente nos transportava para o mundo do íntimo e para possíveis sensações orgásticas da experiência do parir. A exposição narrava imagens de mulheres e seus partos, distintas das imagens correntes de sofrimento, máscaras, luvas, médicos homens com suas indumentárias e luzes frias, um imaginário que a disciplina pretendia desnaturalizar. As figuras da



doula e da enfermeira obstetra como fonte de amparo e apoio brotavam em segundo plano, enquanto a mulher grávida, protagonista da cena, conduzia o grande vigor expulsivo do corpo grávido, produzindo um outro imaginário sobre assistência obstétrica e cuidado. Nas fotografias, as mulheres, em sua grande maioria brancas de camadas altas e médias urbanas, gozavam de um privilégio de autonomia para criar seu próprio ritual, com seus desejos e anseios sensoriais e existenciais.

Ainda no primeiro semestre de 2018 ocorreu na Universidade de Brasília o seminário “Parteiras Liderando o Caminho com Assistência e Qualidade”, realizado nos dias três a cinco de maio de 2018, próximo ao Dia Internacional da Parteira, na Faculdade de Ciências da Saúde. No evento discutiu-se a identidade da parteira moderna e como ela se insere em um novo modelo de atenção ao parto. Pensar a parteira significa fazer um mergulho nos conhecimentos práticos e científicos do partejar e uma crítica aos processos de medi-

calização de atenção à saúde. A mudança epistemológica, presente na ideia de humanização, elencada como a grande empreitada formativa das parteiras, estaria presente nas narrativas, histórias, memórias e na troca de saberes tradicionais e modernos. A demanda pelo parto respeitoso foi evocada como frente de luta contra as diversas modalidades de violência obstétrica sofridas pelas mulheres em diferentes ambientes.

Neste mesmo evento assistimos ao filme *Umbigo: A história de Valdeci Santana*. O filme conta a história de vida de Dona Val, uma parteira tradicional e guardiã de saberes tradicionais ancestrais. Após a mostra, discutimos sobre a riqueza do filme ao resgatar a memória da parteira, demonstrando suas redes de cuidado, sua forma de enaltecer e conectar umbigos e existências, além de contar como ela circula entre saberes e entre a vida e a morte. O parto aparece, pelos olhos de Dona Val, como fonte de amor e cura.

Outras referências conexas mencionadas nas aulas foram



os livros *As alegrias da maternidade*, da autora nigeriana Buchi Emecheta, e *O conto da aia*, da canadense Margaret Atwood.

Então, “parto e reprodução” rapidamente se mostrou uma temática instigante, multifacetada e boa para pensar. Desde o início da empreitada, acreditamos que seria importante publicar as entrevistas realizadas pelas estudantes, com o objetivo de dar visibilidade à situação precária das servidoras terceirizadas na UnB. Ao ler os trabalhos finais, percebemos que havia em vários deles um grande potencial, e que as ideias apresentadas efetivamente poderiam interessar a um público mais amplo.

Assim o trabalho de Clarissa Cavalcanti e Luiza Alencastro propulsiona uma rica discussão sobre corpo e trabalho, à luz de sua entrevista com Mariana (nome fictício), trabalhadora terceirizada e mãe de três filhos. Além de uma apresentação teórica robusta, as autoras fazem um movimento de pensar questões de raça, classe e gênero em torno das experiências de parto e maternidades de forma bastante sensível.

O trabalho de Danielle Magalhães desenvolve questões sobre a história de vida de Beatriz (nome fictício), que se expressa na experiência da gestação, parto e pós-parto e para além dela. Por sua vez, Alice Crepory e Verônica Milhome enfatizam a precarização do trabalho terceirizado feminino, a constante vigilância e os desafios contínuos no ambiente de trabalho e os nós que este cenário implica nos cuidados familiares, na vida profissional e no projeto de gravidez dessas mulheres. No trabalho de Sarah Guerra, evidenciam-se diferentes percepções e anseios que dividem muitas mulheres acerca do parto cesariano e do parto vaginal (ou “normal”), um par conceitual recorrente na fala de mulheres mães, médicos e profissionais de saúde. Duas resenhas permitem expandir a reflexão para outros horizontes etnográficos e outras problemáticas: Ruhana Luciano escreve sobre o livro “A cosmopolítica da gestação, do parto e do pós-parto: práticas de autoatenção e processo de medicalização entre os índios Munduruku”, de Raquel Di-



as-Scopel, e Michelle Bastos escreve sobre a monografia intitulada “‘Ele sente tudo o que a gente sente’: Um estudo antropológico sobre a sociabilidade dos bebês nascidos com a síndrome congênita do Zika no Recife/PE”, de Thaís Valim. Por fim, Gabriela Soares de Araújo entrevistou a cientista política Flávia Biroli, que tem se dedicado a realizar uma reflexão de fôlego a respeito da divisão sexual do trabalho, maternidades, precarização da vida das mulheres e sua representatividade política no contexto brasileiro e latino-americano.

Para encerrar esta Apresentação, gostaríamos de agradecer pelas trocas com cada uma das estudantes ao longo daquele semestre particularmente atípico e também pelo empenho demonstrado pelas autoras dos trabalhos aqui reunidos – algumas das quais se reuniram a nós ao longo de um processo intenso que durou quase nove meses.

Gostaríamos de agradecer, ainda, aos editores da revista

Textos Graduados, que acolheram nossa proposta de publicação.

Os acontecimentos citados nos permitem pensar como, mesmo diante desse cenário macropolítico desafiador e de acontecimentos avassaladores, o semestre letivo foi também atípico em um sentido positivo, na medida em que houve atividades e encontros valiosos que permitiram um mergulho no universo do parto e dos direitos sexuais e reprodutivos. O presente dossiê é resultado dessa capacidade de existir e resistir. Mobilizar a presente publicação significa produzir um olhar possível das mulheres trabalhadoras e suas situações de trabalho precário, assim como partilhar com as e os leitores o esforço das estudantes e a ocupação reflexiva que a disciplina proporcionou a todas nós.

Giovana Acacia Tempesta &

Bruna Pratesi

Brasília, maio de 2019.



Notas

[1] Do curso “Antropologia do(s) Útero(s)” nasceu o dossiê homônimo, publicado na revista *Amazônica*, organizado por G. Tempesta, S. Fleischer e R. Carneiro, com o qual nós duas contribuímos (Pratesi, 2018; Tempesta, 2018) (disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/issue/view/303/showToc>).

[2] Neste cenário, a expressão “violência obstétrica” abrange todo e qualquer procedimento médico de rotina realizado sem indicação clínica precisa e sem o consentimento prévio da mulher, bem como negligência e omissão, além de abusos verbais e físicos. Cabe sublinhar que o tratamento violento atinge de forma diferencial as mulheres brancas de classe média e as mulheres negras e moradoras de periferias, indicando a existência de marcantes “hierarquias reprodutivas” no Brasil (Mattar & Diniz, 2012).

[3] Não por acaso este é o título de um dossiê elaborado em 2012 pela Rede Parto do Princípio para subsidiar o relatório da

Comissão Parlamentar Mista da Violência Contra as Mulheres.

[4] Ver, por exemplo, a crítica contundente formulada pela filósofa e feminista francesa E. Badinter em *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (publicado originalmente em 1980).

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, R. *Cenas de Parto e Políticas do Corpo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015.

_____. *De perto e de longe do que seria natural, mais natural e/ou humanizado. Uma etnografia de grupos de preparo para o parto*. In: FERREIRA, J. & FLEISCHER, S. (orgs.) *Etnografias em Serviços de Saúde*. Rio de Janeiro: Garamond (pp.243-265), 2014.

CHAZAN, L.K. “Meio quilo de gente”: um estudo antropológico sobre ultrassom obstétrico. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

DIAS-SCOPEL, R. *A cosmopolítica da gestação, do parto e*



do pós-parto: práticas de autoatenção e processo de medicalização entre os índios Munduruku. Brasília: Paralelo 15, 2015.

DAVIS, A. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS-FLOYD, R. E. & SARGENT, C. F. (eds.) Childbirth and Authoritative Knowledge. Cross-cultural perspectives. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1997.

DINIZ, S. G. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10 (3): 627-637, 2005.

DOMBKOWITSH, L. O discurso jurídico e o controle biopolítico dos corpos das mulheres trabalhadoras: da PEC 181-A a reforma trabalhista. *Revista de Gênero Sexualidade e Direito*, v.4, n.1, p.156-170, 2018.

FEDERICI, S. Calibã e a Bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FLEISCHER, S. Parteiras, Buchudas e Aperreios. Uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade

de Melgaço, Pará. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.

HIRSCH, O. O parto “natural” e “humanizado”: um estudo comparativo entre mulheres de camadas populares e médias no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

JORDAN, B. Birth in Four Cultures. A crosscultural investigation of childbirth in Yucatan, Holland, Sweden, and the United States. Illinois: Waveland Press, 1993.

KITZINGER, S. Gravidez e parto. São Paulo: Abril, 1981.

MANICA, D. Contracepção, natureza e cultura: embates e sentidos na etnografia de uma trajetória. Tese de Doutorado, Campinas: Unicamp, 2009.

MARTIN, E. A Mulher no Corpo. Uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MATTAR, L.D; DINIZ, C.S.G. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. *Interface*, v.16, n.40, p.107-19, 2012.



MÜLLER, E. et al. O tabu do parto. *Civitas*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 272-293, 2015.

PRATESI, B. A imortalidade do útero de Henrietta Lacks: Um olhar literário sobre questões éticas, de gênero e raça. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 10, n. 1, p. 60-80, 2018.

PULHEZ, M. Mulheres Mamíferas: práticas da maternidade ativa. 2015. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp.

RODRIGUES, L. O. Parir é libertário. Etnografia de um grupo de apoio ao parto humanizado de Recife/PE. Tese de Doutorado, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

ROHDEN, F. Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2001.

SALEM, T. O Casal Grávido: disposições e dilemas da parceria igualitária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SENA, L. M. “Ameaçada e sem voz, como num campo de concentração”. A medicalização do parto como porta e pal-

co para a violência obstétrica. Tese de Doutorado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

SOUZA, H. R. A arte de nascer em casa: um olhar antropológico sobre a ética, a estética e a sociabilidade no parto domiciliar contemporâneo. Dissertação de Mestrado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

TEMPESTA, G. Contestações ritmadas. Notas sobre o simbolismo do útero presente em relatos de parto. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 10, n. 1, p. 102-124, 2018.

TEMPESTA, G.A. & CARNEIRO, R.G. Para atravessar o portal da dor. Reflexões antropológicas sobre as diferentes dores associadas ao parto. *Revista Gênero, UFF*, v. 19, n. 2, p. 48-65, 2018.

TEMPESTA, G.; CARNEIRO, R.; FLEISCHER, S. Das múltiplas faces da fertilidade: Pensando uma antropologia dos úteros. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 10, n. 1, p. 11-19, 2018.

TORNQUIST, C. S. Armadilhas da nova era: natureza e maternidade no ideário da humanização do parto.



Revista Estudos Feministas (10) 2, pp. 483-492, 2002.
_____. Parto e Poder. O movimento pela humanização do parto no Brasil. Tese de Doutorado, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

Filmes e documentários

A Dor Reprimida: violência obstétrica e mulheres negras. Produção: Mariana Sales. 2017. (Disponível em <https://www.youtube.com/embed/vSisihZCnHg?start=122>)
A Excêntrica Família de Antonia. Direção: Marleen Gorris. Países Baixos, 1995.
Guardianas del Pacífico. Las parteras del Pacífico Colombiano. AJ + Español. (Disponível em <https://www.facebook.com/ajplusespanol/videos/1673693092683033/>)
O Renascimento do Parto. Direção: Eduardo Chauvet. Produção: Érica de Paula e Eduardo Chauvet. Brasil: Bretz Filmes, 2013.
Orgasmic Birth. The best kept secret. Direção: Deb-

ra Pascali-Bonaro. Produção: Debra Pascali-Bonaro e Kris Liem. California: Seedsman Group, 2008.
Prosas Paridas – três relatos (YouTube)
Simbiose. Direção: Júlia Morim. Brasil, 2017.
Violência Obstétrica. A voz das brasileiras. Produção: Bianca Zorzam et al. 2012. (Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eg0uvonF25M>)
Umbigo: A história de Valdeci Santana. Direção: Cauê Santana. Brasil: Orum Tupi Filmes, 2015.



ANEXO

Roteiro de Entrevista com as Funcionárias

[A entrevistadora se apresenta e disponibiliza uma forma de contato (email ou telefone)]

Lembretes importantes: 1. Você é livre para responder apenas as perguntas que não lhe causem qualquer tipo de constrangimento. 2. No trabalho final para a disciplina Antropologia do Parto e da Reprodução, seu nome será substituído por um nome fictício.

Informações pessoais

1. Qual o seu nome?
2. Qual a sua idade?
3. Qual é o seu pertencimento étnico-racial?
4. Qual o seu grau de escolaridade?
5. Qual a sua profissão?
6. Desde quando você trabalha na UnB?
7. Onde você nasceu (se foi fora de Brasília, quando você veio

morar aqui)?

8. Onde você mora?

9. Quanto tempo você gasta no trajeto entre a sua casa e a UnB?

10. Em relação à renda da sua família, você é a principal provedora da sua casa?

Gestação, maternidade e trabalho

11. Você tem filhos?

- Se sim, quantos?
- Onde ele(s) nasceu(nasceram)?
- Quem te apoiou logo depois do parto e quem ficou com o bebê depois do término da licença-maternidade?
- Quem são as pessoas ou quais são as instituições que colaboram/colaboraram nos cuidados do(s) seu(s) filho(s)?

12. Se não tem filhos:



- Qual o principal motivo?
- Caso você viesse a ter filhos, quem poderia ajudar a cuidar deles?
- Como você se imagina tendo um filho na sua atual situação de trabalho? Você acredita que haveria algum tipo de dificuldade para conciliar gestação, maternidade e trabalho?

13. Você já foi ou conhece alguém que tenha sido prejudicada de alguma maneira por engravidar enquanto trabalhava para essa empresa? Conhece alguma mulher que já tenha pedido demissão da empresa por estar grávida?

14.[para as mulheres mães] Durante a sua gestação, de alguma forma o trabalho que você realizava gerou algum incômodo, constrangimento ou problema de saúde para você? Quais foram as suas reações para lidar com essas situações? Conhece alguma mulher que tenha passado por isso?

15.[para as mulheres mães] Sobre a licença-maternidade:

você sofreu pressão para voltar a trabalhar antes de 120 dias? Quando você voltou, sofreu algum tipo de pressão para voltar a trabalhar da mesma forma como trabalhava antes do parto?

Conhece alguma mulher que tenha passado por isso?

16.[para as mulheres mães] Você costuma levar seu(s) filho(s) para consultas médicas e participar de reuniões na escola? Quando precisa sair para levá-lo(s), sofre algum tipo de pressão no trabalho? Conhece alguma mulher que tenha passado por isso?

Agradecimento e encerramento

17. Você gostaria de acrescentar alguma coisa sobre a relação entre a sua situação de trabalho e a sua experiência ou expectativa de gestação e maternidade?

18. O que você gostaria de dizer sobre esta entrevista?



Agradeço pela sua colaboração e esclareço que, em breve, lhe darei um retorno sobre este trabalho.

Agradeço pela sua colaboração e esclareço que, em breve, lhe darei um retorno sobre este trabalho.

Brasília, ____ de _____ de 2018.

Nome completo da entrevistadora:

Duração da entrevista: ____ minutos

